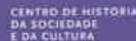


Este livro reúne uma seleção de textos apresentados em versão inicial no Congresso Internacional do Bicentenário da Revolução de 1820 que decorreu em Lisboa, na Assembleia da República e na Fundação Calouste Gulbenkian, entre os dias 11 e 13 de outubro de 2021.

No seu conjunto, estes textos enquadram uma diversidade e pluralidade de leituras sobre a Revolução de 1820 e sobre os seus múltiplos impactos, designadamente nos planos político, social e institucional, tanto ao nível nacional como internacional.

São leituras e impactos que prolongam e reinventam abordagens relativas a um período histórico crucial para a compreensão do mundo contemporâneo, aberto pela era das revoluções em que se inscreve o movimento regenerador vintista. Neste sentido, o livro abre perspetivas inovadoras que constituem, para os organizadores desta edição, a melhor forma de assinalar o significado duradouro, os legados e a memória de um acontecimento histórico tão marcante como foi a Revolução de 1820.

Composição da capa feita a partir da gravura *Alegoria à Constituição*, ao cuidado do Arquivo Casa de Sarmento, Guimarães.



ICS

Imprensa  
de Ciências  
Sociais

[www.ics.ul.pt/imprensa](http://www.ics.ul.pt/imprensa)

FCT  
Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

UIDB/50013/2020  
UIDP/50013/2020



ICS

Miriam Halpern Pereira / Ana Cristina Araújo / Daniel Alves / Jorge Fernandes Alves  
José Luis Cardoso / Maria Alexandre Lousada / Zília Osório de Castro  
*Organizadores*

A Revolução de 1820: Leituras e Impactos

# A REVOLUÇÃO DE 1820

Leituras e Impactos

ICS

Instituto de Ciências Sociais  
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9  
1600-189 Lisboa – Portugal  
Telef. 21 780 4700 – Fax 21 794 0274

www.ics.ulisboa.pt/imprensa  
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

*Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação*

A revolução de 1820: leituras e impactos/org. Miriam Halpern Pereira... [et al.]. –  
Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2022. – 23 cm  
CDU 94(469)  
ISBN: 978-972-671-703-4; PDF: 978-972-671-705-8; EPUB: 978-972-671-704-1  
Revolução liberal/Portugal – História – séc. 19



© Instituto de Ciências Sociais, 2022

Capa: Mariana do Vale

Projeto gráfico: Aresta Criativa – Artes Gráficas, Lda.

Revisão: Clara Cuéllar dos Santos

Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

Depósito legal: 499.970/22

1.ª edição: Setembro de 2022

Esta publicação teve o apoio financeiro de fundos nacionais através  
da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos:  
CH, U. Lisboa: UIDB/04311/2020 e UIDP/04311/2020;  
CHSC, U. Coimbra: UIDB/00311/2020 e UIDP/0311/2020;  
CITCEM, U. Porto: UIDB/04059/2020;  
IHC, NOVA FCSH: UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020.

## Índice

Notas sobre os autores .....	15
Apresentação .....	31
Abertura .....	33
<i>Eduardo Ferro Rodrigues, Guilherme d'Oliveira Martins, Miriam Halpern Pereira e Marcelo Rebelo de Sousa</i>	

### PARTE I

## CONSTITUCIONALISMO E CULTURA POLÍTICA

Capítulo 1	
Modelos de constitucionalismo liberal .....	49
<i>António Pedro Barbas Homem</i>	
Capítulo 2	
Idea y acción en la construcción de la cultura política peninsular. Revolución, Monarquía y Constitución en 1812 y 1822.....	65
<i>Angeles Lario</i>	
Capítulo 3	
Representação e direitos civis no triénio liberal português. Ideias e linguagens políticas .....	81
<i>Ana Cristina Araújo</i>	
Capítulo 4	
La utopía peticionaria. Derecho de petición y gobierno representativo durante la era de la revolución.....	97
<i>Diego Palacios Cerezales</i>	

Pedro Couceiro<sup>1</sup>  
Elisabete Mendes Silva<sup>2</sup>

## Capítulo 17

# Liberalismo e opinião pública. Representações da imprensa liberal britânica em torno da Revolução portuguesa de 1820

## Introdução

Quando em agosto de 1820 se deu o pronunciamento militar da cidade do Porto, movimento liberal que viria a expandir-se rapidamente pelo país, o ambiente de muitos dos países europeus também não era de pacificação sociopolítica. No caso da Inglaterra, já há muito se registava um crescente conflito entre conservadores e liberais, num debate que atravessava toda a sociedade inglesa e que, para além dos confrontos institucionais, próprios das elites políticas nos gabinetes parlamentares, chegava, por via de uma imprensa cada vez mais ativa e ideologicamente filiada, a uma crescente parte da população inglesa.

Na verdade, ao longo do tempo, os protestos ingleses haviam tomado diferentes formas e a emergência dos ideais liberais,

---

<sup>1</sup> CITCEM, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança.

<sup>2</sup> CEAUL, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança.

designadamente a premente ambição de uma maior representatividade parlamentar, bem como a defesa e garantia de uma efetiva liberdade de expressão e imprensa, tinham resultado em confrontos abertos e violentos entre liberais e conservadores, de que o Massacre de Peterloo, em 1819, foi apenas um dos mais visíveis episódios. Com efeito, na Inglaterra, como um pouco por toda a Europa, a burguesia enriquecida pela revolução industrial reivindicava mais direitos políticos perante a hegemonia dos setores mais conservadores da sociedade inglesa.

Por sua vez, a situação política e socioeconómica portuguesa não era de todo estável. Por um lado, esta instabilidade decorria diretamente das consequências da guerra contra os franceses que, anos antes, tinha dilacerado o território e suas populações. Por outro lado, do ponto de vista político, também consequência das invasões que o país sofrera entre 1807 e 1811, o poder político residia no Brasil, para onde tinha transmigrado a família real, e, por entrega desta, era numa delegação inglesa que assentava o poder político em Lisboa. Os portugueses de então conviviam, cada vez com mais desconforto, com uma monarquia distante e, para os setores liberais, profundamente ausente e afastada da realidade metropolitana, substituída por um governo plenipotenciário inglês, que resultava num domínio económico britânico em prejuízo de uma emergente burguesia nacional. Ainda que consciente do auxílio inglês na expulsão definitiva dos exércitos imperiais napoleónicos, e mesmo que fosse omnipresente a ancestral aliança luso-inglesa, a verdade é que era contra a presença inglesa no país que muitas das reivindicações liberais e populares se manifestavam. Por todos estes motivos, assim se justificou um aparente interesse da imprensa inglesa na Revolução de 1820 e no desenrolar dos acontecimentos político-diplomáticos que a relação com a Inglaterra impunha.

Pelos motivos atrás referidos, o presente estudo pretende constituir-se como um aporte para o entendimento sobre a forma como a Revolução portuguesa de 1820 assumiu destaque na imprensa liberal e radical inglesa, tentando perceber o tratamento editorial que recebeu e, simultaneamente, questionando se esta abordagem jornalística não poderá ter funcionado como um fortalecimento ideológico usado pelos movimentos mais reformistas e radicais ingleses.

Em concreto, para o presente contributo recorreremos a fontes periódicas inglesas, com posicionamento assumidamente liberal moderado ou mais radical, como o *The Morning Chronicle*<sup>3</sup>, *Globe*, *Star (London)*, *Monthly Repository* e *Political Register*, entre outros, na esperança de compreender o objetivo enunciado anteriormente, aplicável apenas à imprensa periódica inglesa com tais características.

O artigo divide-se em duas partes principais. Na primeira parte, lançamos um olhar sobre a importância da imprensa e da opinião pública da altura em Inglaterra, atentos às especificidades de uma convergência entre a imprensa liberal e radical inglesa e sua sociedade. Na segunda parte, analisaremos o tratamento a que a Revolução portuguesa de 1820 foi votada pelos principais títulos de imprensa anteriormente referidos.

## Imprensa, opinião pública e valores reformistas na Inglaterra do início do século XIX

No rescaldo das guerras napoleónicas e no contexto de grande fervor reformista, a Inglaterra testemunhou uma grave crise económica, pautada pela insurgência popular e pelo radicalismo que marcavam a cena política na emergência da reforma de um parlamento bicéfalo. Os partidos mais convencionais e estabelecidos no Parlamento, *Whigs* (ala liberal) e *Tories* (ala conservadora) procuravam algum consenso na procura de soluções para as reivindicações sociais e políticas que se tornavam cada vez mais prementes, nomeadamente a luta pela expansão do sufrágio por uma classe média emergente no contexto da revolução industrial, no sentido de não ameaçar o elitismo aristocrático que caracterizava a Casa dos Comuns desde a sua criação (Thompson 1991, 491).

A primeira reforma parlamentar, *Reform Act*, concretizar-se-ia apenas em 1832, permitindo o direito de voto somente a alguns membros mais abastados da classe média, como comerciantes e empreendedores industriais. Apesar do zelo reformista dos liberais, os movimentos radicais em muito contribuíram para a agitação social

<sup>3</sup> Doravante mencionado como *MC*.

e, conseqüentemente, para a aprovação desta lei. Segundo Gilmartin (1996, 1), o movimento radical desenvolveu um estilo de oposição política no sentido de substituir a distinção entre *Whigs* e *Tories* por uma mais ominosa entre o povo e o governo corrupto. No sentido mais lato, esta divisão bipartida entre povo e governo deixava antever a legitimidade de lutar contra um governo corrupto, composto tanto por *Whigs* como por *Tories*. A *res* política pertenceria também ao povo que reivindicava melhores condições sociais e económicas e maior representatividade parlamentar.

A agitação popular legitimava-se perante as medidas repressivas implementadas pelo governo conservador de Lord Liverpool, primeiro-ministro entre 1812 e 1827, na tentativa de contornar a crise económica e valorizar o consumo interno. A Lei dos Cereais de 1815 constitui um dos exemplos mais paradigmáticos de uma medida altamente protecionista que chocava com os valores liberais que fervilhavam na época, nomeadamente o livre-cambismo. Depois de 1815 seguiram-se anos de radicalismo popular contra os abusos fiscais, a corrupção, a sinecura e o pluralismo clerical, que advinham de uma classe abastada cujos interesses pessoais se sobrepunham às necessidades da maioria da população (Thompson 1991, 660). Essas críticas constituíram o mote da propaganda radical, que, na voz de homens da imprensa como William Cobbett ou Henry Hunt, ganharam proporções significativas. Esse entusiasmo reformista radical seria cerceado em 1819 no chamado Massacre de Peterloo, em Manchester, manifestação radical popular organizada por Henry Hunt que causaria algumas mortes e muita indignação popular (Black 2003, 214-215; Hilton 2006, 252-253).

Em todo este contexto, a imprensa escrita desempenhou um papel relevante para a veiculação de valores liberais que visavam a liberdade de imprensa, a liberdade individual, o livre-cambismo e a defesa da propriedade privada. Além disso, constituiria para os radicais um fórum de mobilização no alcance da sua mensagem reformista (Vernon 2017, 217). Outras vozes, por vezes mais influentes do que as de Cobbett ou Hunt, também se fizeram ouvir. Exemplo disso são: T. J. Wooler, editor do periódico radical e reformista, *Black Dwarf*, publicado semanalmente entre 1817 e 1824; Henry White, editor do *Independent Whig*, John e Leigh Hunt, editores do jornal *The Examiner*, fundado em 1808 (Shattock 2017; Thompson 1991, 661);

ou Richard Carlile, editor do jornal *The Republican* (Morgan 2010, 492). Os tópicos abordados por estes títulos, especialmente dos mais radicais como o satírico *Black Dwarf*, incluíam o sufrágio universal, a Constituição inglesa, o massacre de Peterloo, o uso da religião como panaceia para o controlo social, entre outros (Brake e Demoor 2009, 57-59). Jornais radicais como *Political Register* (1802-1836) ou *The Monthly Repository* (1806-1838), este último de índole não conformista e órgão do movimento unitário, e com inclinações utilitaristas (Brake e Demoor 2009, xi), constituíam uma plataforma importante para os interesses da classe operária e de editores que visavam o ataque político ou a defesa de fações partidárias (Williams 2010, 18).

O diário *MC*, fundado em 1769 por William Woodfall, e mantendo-se durante o século XIX, constituiu-se como um órgão do partido *Whig*, tendo sido um dos primeiros jornais a publicar os relatórios parlamentares, à semelhança do *Morning Herald*, fundado em 1780 (Brake e Demoor 2009, x). De acordo com Frederick Knight Hunt (1850, 110-111), durante toda a convulsão social e política que atravessou o ano de 1819, marcado pelo episódio de Peterloo e descontentamento das zonas industriais, o *MC* era o jornal mais intransigente de todos os títulos de oposição, sendo que a sua venda foi maior nessa altura. Outros jornais como o *The Star (London)*, o primeiro jornal diário vespertino no mundo, fundado em 1788 (Hunt 1850, 115), ou o *The Statesman*, fundado em 1818, seriam igualmente importantes na veiculação da mensagem de valores liberais e reformistas.

Considerada como o quarto Estado, a imprensa escrita tornar-se-ia uma espécie de autoridade legítima do país (Barker 2014, 1-2), ainda que a liberdade de imprensa fosse ameaçada por sucessivas repressões. As aparentes vitórias nesta luta, como a Lei da Imprensa de 1695, a autorização para relatar as sessões na Casa dos Comuns em 1771, ou a Lei da Calúnia em 1792 (Williams 2010, 14), foram travadas, por exemplo, pela Lei da Regulação dos Jornais em 1798, com o intuito de restringir o radicalismo político decorrente da Revolução Francesa. Mais tarde, outras restrições foram igualmente aplicadas pelo governo conservador de Lord Liverpool, patente na aprovação dos *Six Acts* (1819) que, entre outras, incluíam a obrigatoriedade do imposto de selo, de papel e publicidade para os jornais e panfletos baratos, ou a proibição de ajuntamentos públicos com mais de 50 pessoas, em resposta ao Massacre de Peterloo (Vernon 2017, 37; Hilton 2006, 252).

Segundo Hannah Barker (2014, 1), a imprensa jornalística assistiu a um crescimento exponencial durante o século XIX, sendo que se constituía como uma parte integral da vida diária da sociedade inglesa. De acordo com Gardner (2014, 197), a liberdade de imprensa tornou-se vital no controlo das ações do governo uma vez que os jornais desempenhavam o papel de mediadores entre o Parlamento e o povo, permitindo assim o exercício da opinião pública. Além disso, o seu papel era também constitucional, na defesa dos direitos dos cidadãos e na proteção contra a corrupção do governo. Por tudo isto, a liberdade de imprensa tornar-se-ia um conceito retórico poderoso, tornando-se um instrumento crucial ao serviço das campanhas reformistas (Barker 2014, 12). O seu papel na opinião pública seria assim de grande relevância. Ainda que no início do século XIX grande parte da população fosse iletrada, os jornais e periódicos chegavam, muitas vezes, a um público mais extenso através da leitura em voz alta dos mesmos (Vernon 2017, 217). No entanto, em meios urbanos mais influentes, como Londres, centro das decisões políticas, o impacto dos jornais com pendor liberal e radical far-se-ia sentir através da circulação dos mesmos entre uma classe mais influente e entre os decisores políticos. Os editores dos jornais organizavam o conteúdo dos mesmos com o intuito de atacar inimigos políticos e defender os seus aliados (Williams 2010, 18).

Também o relato de notícias da política externa preenchia, em parte, as páginas dos jornais ingleses. Tal aconteceu com a Revolução Liberal de 1820 em Portugal, que foi acompanhada com bastante interesse, tanto por jornais de índole mais conservadora como mais liberal ou radical.

## A Revolução Liberal de 1820 e a imprensa inglesa

As primeiras notas sobre a Revolução de 1820 que são encontradas na imprensa inglesa datam dos primeiros dias de setembro do mesmo ano. Entre os diferentes títulos de pendor liberal, o *MC*, o *Globe* e o *Star* foram os que mais notícias publicaram sobre a situação portuguesa.

A ocorrência do levantamento militar do Porto, em 24 de agosto de 1820, tornou-se, nos meses seguintes, principalmente até

dezembro do mesmo ano, tema de particular interesse em Inglaterra, alimentando as colunas de muitos dos principais periódicos ingleses de então. Não obstante o papel secundário que o reino poderia significar para o inglês comum, a verdade é que as relações económicas e a aliança militar e política entre os dois reinos transformaram a Revolução de 1820 num tema de centralidade jornalística, ainda que os factos ocorridos no Porto não se tivessem apresentado com particular surpresa, como o *MC* escrevia:

[...] this event has by no means surprised us; we have looked for it some time, and certainly expected that it would have preceded the movement in Naples, because we were aware of the real situation of Portugal, and what passing there. [*MC*, 11 de setembro de 1820]

Um dos primeiros aspetos a considerar neste estudo é precisamente a origem das fontes noticiosas usadas pelos periódicos ingleses para acompanhar as primeiras movimentações revoltosas portuguesas. Tentando perceber o circuito destas mesmas fontes veiculadas pelos principais títulos em análise, percebe-se que o percurso das notícias incluiu cartas particulares, quase todas elas endereçadas de Lisboa e do Porto, centro dos acontecimentos, e de onde, certamente, os interesses comerciais e burgueses se impunham de forma mais visível. Por seu turno, os jornais portugueses também são frequentemente citados, principalmente a *Gazeta de Lisboa* e, mais tarde, o *Diário Nacional*. A utilização de documentos oficiais, a maior parte publicados pelos jornais portugueses, eram traduzidos para inglês e, não poucas vezes, eram transcritos na íntegra na imprensa inglesa da altura, podendo ser ou não acompanhados de outros dados fornecidos por outras fontes, ou mesmo por comentários adicionais, muitas vezes revelando uma tendência simpatizante com a causa liberal. Por exemplo, no dia 11 de setembro, o *Globe* publicou, na íntegra, a proclamação aos portugueses do governo regente, datada de 30 de agosto de 1820, assinada pelos governadores do reino e publicada na *Gazeta de Lisboa*. Curiosamente, no mesmo número deste jornal, podia ler-se:

a gratifying intelligence that a revolution in the government of Portugal has been already commenced. [...] The revolution, it seems, originated in the city of Oporto, where the troops in garrison proclaimed

a constitution, similar of the Cortes in Spain on the 24th of August, and requires all authorities, civil, militar, and clerical, to swear obedience to it. [*Globe*, 11 de setembro de 1820]

Para além da imprensa portuguesa, regista-se, ainda que em menor quantidade, o recurso a fontes de informação espanholas ou francesas, demonstrando que o circuito que alimentava a troca de informações com Inglaterra funcionava também através de Paris, Madrid e de alguns portos mais ativos nas relações com a Inglaterra, como o de Calais. No dia 11 de setembro, o *Star* dava conta da Revolução no Porto, mas ainda sem grandes pormenores. Nesse número, publicou várias cartas anónimas, incluindo o texto da Proclamação da Independência de Portugal, vindas no correio de Lisboa, bem como o despacho telegráfico de Paris anunciado em Calais no dia 9 de setembro.

No caso das fontes epistolares, maioritariamente anónimas, mas certamente escritas por alguém que, a partir de Portugal, denunciava e dava conta do movimento insurrecionista, constituíram particular interesse para o periodismo inglês sobre o assunto. Na sua maior parte, esta correspondência não consegue esconder a simpatia pelas movimentações liberais que vão sucedendo no país, embora, muitas vezes, o tom ou linguagem escolhida possa transmitir alguma sensação de cautela. O envolvimento que estes anónimos parecem ter com a situação concreta de Portugal não deixa de nos fazer suspeitar sobre a forte possibilidade de muitos dos seus autores serem certamente ingleses estabelecidos em Portugal, esperançados na abertura comercial e alimentando ainda a esperança de mudanças significativas no modelo de governo português. Exemplo disso é uma carta publicada no *Star* a 14 de setembro de 1820, da autoria provável de um militar inglês. Essa carta destaca o papel dos oficiais ingleses em Portugal, altamente elogiado pelos portugueses. Segundo a mesma, aos ingleses era recomendada muita discrição e prudência no seu comportamento, mas, como o autor da carta salienta, tal conselho era desnecessário pelo carácter da educação inglesa, e pelo facto de se assistir a um momento único da história de Portugal que se libertava do jugo da tirania e do despotismo, na senda da defesa dos direitos que deviam proclamar-se como universais. O seu autor afirma que «[...] as Englishmen, we pray that the GOD of armies may accompany and guide them all in all their opponents» (*Star*, 14 de setembro de 1820). Esta posição

parece-nos marcadamente liberal, ainda que o autor omita a ideia opressora que, entretanto, os portugueses haviam construído sobre os ingleses. A verdade é que o autoritarismo britânico exercido tanto junto das populações, como a sua preponderância no exército, popularizou a ideia «que os Inglezes tratavão este Reyno á Franceza, e que não há diferença entre os Francezes e Inglezes» (Costa 2008, 110). Contudo, neste particular, os ingleses continuavam a rever-se como aliados e não como inimigos dos portugueses.

Todavia, noutros casos, uma certa personalização da escrita, designadamente a opção pelo emprego do pronome *ours* fazem-nos acreditar que estas fontes podem ter também autoria portuguesa.

As missivas particulares enviadas a partir de Lisboa e do Porto foram utilizadas por diferentes jornais, levando à sua transcrição simultânea e repetida em vários títulos. Tal facto poderá fundamentar, para nós, a hipótese de que os autores destas se constituíam como uma plataforma noticiosa conscientemente organizada que multiplicava os mesmos textos para vários títulos, cientes de que a divulgação das mudanças que iam ocorrendo funcionariam como alavancas de um projeto de propaganda vitoriosa do liberalismo português e, por extensão, internacional. Tal intenção era, de resto, absolutamente compatível com a linha editorial destes títulos, também eles portavozes da causa. De tal forma, as fontes epistolares se tornaram numa das principais fontes de informação que, em alguns casos, se lamentava a dificuldade na sua obtenção «No letters were allowed to come from the Post-Office yesterday, consequently we are all in the dark» (*Globe*, 12 de setembro de 1820).

De qualquer modo, esta procedência informativa acabava por funcionar como um precioso complemento noticioso ao papel extremamente ativo que a imprensa liberal portuguesa exilada fazia em direção a Portugal, aumentando uma consciência política e opinativa nova no país. Tal consciência havia-se formado pelo papel de uma imprensa expatriada em Londres<sup>4</sup> ou Paris, como é constatado pelo *The Statesman* (13 de setembro de 1820), salientando a liberdade que tais títulos só conseguiam gozar fora de Portugal. Paralelamente, não podemos esquecer as inúmeras publicações nacionais que desde

<sup>4</sup> Veja-se o papel ativo de títulos como o *Investigador Portuguez* em Inglaterra (Bantman e Silva 2018, 2-3).

a Guerra Peninsular não pararam de se afirmar como construtores de uma nova cidadania política, formando um «espaço público mediado» e alterando sobremaneira a relação entre o indivíduo e o poder que o representa (Tengarrinha 2006, 14). De facto, a partir de setembro de 1820, a luta pela afirmação da causa liberal portuguesa ganhava outra visibilidade internacional, na medida em que já não se fazia apenas no sentido Inglaterra-Portugal, mas também no sentido de internacionalizar a sua luta.

As fontes de informação utilizadas pela imprensa liberal inglesa faziam referência maioritariamente aos dois polos de ação das movimentações governativas, militares e da insurreição, ou seja, Lisboa e Porto. Mas era o Porto que tinha uma particular atenção, cuja escolha para o início da insurgência era entendida como o resultado de uma identidade resistente das suas gentes e de características territoriais:

Oporto, which contains a population of 1000,000 souls was chosen as the spot most suitable for the first attempt, not only on account of the distance from the capital and the immediate surveillance of the Regency, but also the public spirit of the inhabitants, who, it will be remembered, were the first to rise up against the French. [MC, 13 de setembro de 1820]

As descrições das movimentações políticas e militares são, na sua fase inicial, deveras pormenorizadas, como se atesta na leitura de quase todos os maiores jornais liberais. Vejam-se, por exemplo, as edições do *MC*, do *Globe*, e do *Star* em meados de setembro. Mas a importância dos acontecimentos e do seu significado fazem com que as notícias sobre o resto do país assumissem também importância. Repetidas vezes, davam conta da extensão do movimento revolucionário ao resto do território: «the example of Oporto was quickly followed by Coimbra, Leiria, Abrantes and generally by all the northern provinces – the troops every where declaring themselves without reserve in favour of the constitution», escrevia-se no *Globe* (11 de setembro de 1820). Noutros casos, notícias de jornais franceses reproduzidas pela imprensa inglesa tentavam dar a ideia de que o movimento não foi tão extenso e não progrediu de forma tão rápida, e muito menos de forma pacífica:

[...] with the exception of the city of Lisbon, the whole Kingdom would have quietly accepted the revolution. But in the capital there must have been, according to those accounts resistance and massacre. The number of killed and wounded are computed at 2,000. [*Globe*, 15 de setembro de 1820]

O *Star* de 15 de setembro destacava também a maior perturbação em Lisboa, onde os efeitos da revolução se fizeram sentir de uma forma mais nefasta. Na mesma notícia, especula sobre a possibilidade do envio de tropas espanholas (cerca de 20000 homens) para Portugal para ajudar a estabelecer as Cortes e a Constituição.

Não era só a cobertura territorial que anunciava os sinais da aparente vitória do movimento insurgente português. Em boa parte das notícias sobre o assunto, a imprensa liberal inglesa declarava o envolvimento de todos os setores sociais que se regozijavam pelas mudanças que a revolução apregoava. Das franjas populares à burguesia, das autoridades civis aos altos cargos do clero, a imprensa inglesa liberal tentou sempre valorizar a ideia de que a revolução era algo que agradava transversalmente à sociedade portuguesa. E tal se justificava, pois o discurso predominante dos periódicos liberais ingleses traçava uma situação catastrófica do reino. O *MC*, por exemplo, descreve exhaustivamente a situação decrépita de Portugal, assentando na visão clássica da decadência do reino, outrora preponderante em poder, riqueza e projeção diplomática. Para o jornal, as causas principais são várias, mas, na sua essência, devem-se acima de tudo à inépcia política dos governantes portugueses, como atestam as palavras seguintes:

[...] exhausted by a series of ruinous and persecuting wars, a succession of weak and impolitic Princes tended to prepare her downfall. Instead of fostering that hardy and enterprising spirit which had cast so much lustre on the Portuguese name, the Monarchs of Portugal thought only on stripping their subjects of every particle of freedom they had inherited from their ancestors, and soon the very House of Braganza forgot the principles which brought them the Throne. Hence, whilst through the spirit of liberal opinion, improvement was enlightening the rest of Europe, Portugal was seen stationary, debased by political as well as ecclesiastical institutions of the most slavish kind. [MC, 13 de setembro de 1820]

Com efeito, a situação de Portugal era de uma enorme dificuldade. No entendimento geral da população, Portugal era duplamente desconsiderado pela decapitação da legitimidade da casa de Bragança, pela submissão do Estado ao aparelho britânico e pelas profundas alterações da situação económica nacional, assente num sistema colonial que, em muito pouco ou nada, salvaguardava as ambições portuguesas. Ainda que para grande parte da população portuguesa a solução continuasse a residir no regresso da família real à metrópole, repondo a legitimidade de D. João VI, a verdade é que a ideia de subalternização da metrópole face à colónia brasileira era frequentemente imputada ao próprio monarca (Macedo s/d, 355). Tal facto constituiu, na opinião inglesa, mais um fator para a desgraça portuguesa:

Portugal had, in fact, become the colony, and Brazils the mother country, as we have frequently had occasion to state when discussing this subject; and despite the humbled pride of her people, they were sunk in a state of the most abject degradation. [*MC*, 11 de setembro de 1820]

Do ponto de vista socioeconómico, tanto em Portugal como em Inglaterra, convergia-se na ideia de que esta situação era a causa de uma manifesta insatisfação, na medida em que os proprietários rurais e as burguesias urbanas enfrentavam uma conjuntura de decréscimo generalizado do comércio, após a perda da exclusividade das relações comerciais com o Brasil (Cardoso 2019). Para além do setor económico, também o funcionarismo e as magistraturas viam paralisadas as suas expectativas em função da permanência do aparelho burocrático no Rio de Janeiro (Pedreira e Costa 2006, 268). Tudo isto aparece retratado em vários periódicos como o *Star* e o *The Examiner*:

The absence of the Royal Family in the Brazils, where it was accompanied by the flower of nobility – the continual drains of specie from the country to carry on the war between the cabinet of Rio de Janeiro and Artigas, and also the funds arising from the revenues of the crown and those of the absenters – the almost total loss of our navigation – the distressed and ruined state of agriculture – the decay of our manufactories – our insecurity in our persons and property, and the suspension of the Army's pay. [carta endereçada do Porto a 31 de Agosto e publicada pelo *Star* de 14 de setembro de 1820]

But an end is put to that monstrous state of things, under which a distant fugitive just ruled sufficiently to drain revenue from its country and shackle its resources, while foreigners, sword in hand, governed for him at home. [*The Examiner*, 17 de setembro de 1820, 1]

A submissão dos interesses políticos e comerciais aos interesses do Brasil colónia não constituía o único fator de desagregação da estrutura político-económica do reino. Refira-se, em bom rigor, que são frequentes os ataques de muitos títulos aos abusos e à presença injustificável dos poderes britânicos junto da Regência e do soberano português, como bem se percebe na análise do *MC* e *The Monthly Repository*:

in addition to this dependency so unnatural, the Portuguese labored under another, if not so galling, at least, more humiliating, which was, an ascendancy in all their affairs exercised by a foreign power, to whose politics they were strangers, and which had gradually stripped them of all places of trust and profit in the administration of their own concerns [*MC*, 11 de setembro de 1820].

She [Portugal] has long existed like a colony of England, and has owned her nominal independence, not to the patriotism or public virtue of her people, but to the strong and terrible hand of English power. [...] Her rich and extensive vineyards, instead of giving wealth to her peasantry, have only served to fill the coffers of a cruel and grinding monopoly. [*The Monthly Repository*, setembro 1820, Edição 1, 564]

Porventura, nenhum título trata da soberania dos ingleses em Portugal como o *Political Register*. Cobbet, num tom jocoso e altamente contundente, desconstrói a ideia de que os tratados entre Portugal e a Inglaterra por si só justificam uma relação de poder dos ingleses sobre Portugal. Beresford é descrito como um homem louco e ambicioso e, sobre qual, questiona:

What! Was this man mad? Is there any treaty with England constituting this Beresford, a foreigner to the Portuguese? Is there any treaty constituting him master of Portugal? The man had so long been used to domineer, that he forgot himself. [*Political Register*, 4 de novembro de 1820]

Contudo, não deixa de ser importante referir que a aparente subordinação da soberania portuguesa a um jugo estrangeiro não deixou de revelar talvez a visão estratégica possível da política portuguesa às volatilidades e incertezas do próprio sistema internacional da altura. De facto, a aceitação da Grã-Bretanha como nação amiga e aliada na Europa e no espaço atlântico reforçou o papel do Brasil como sustentáculo vital para a reconstrução de uma monarquia de carácter intercontinental do ponto de vista político e económico e tal convicção foi, de resto, confirmada com a atribuição do título de reino ao Brasil em 1815.<sup>5</sup>

Para a população em geral, este novo projeto não descortinava a resolução dos seus problemas imediatos e quotidianos. Antes pelo contrário, esta aproximação, entendida por muitos mais como uma subordinação, significava quase sempre vantagens para as burguesias inglesa e brasileira, em prejuízo dos interesses comerciais nacionais. A observação popular da visibilidade dos proveitos ingleses contrastava e, simultaneamente, alimentava o fortalecimento de uma identidade nacionalista que, desde 1808, se tinha desenvolvido durante a guerra contra os franceses e tinha reforçado os laços entre a população portuguesa e o exército, também ele uma das vítimas de uma anglofonia crescente (Pedreira e Costa 2006, 268).

Por outro lado, o jornal *Star* realça a inevitabilidade da revolução em Portugal, perante os episódios revolucionários em Nápoles e em Espanha na defesa de valores constitucionais, e perante a deserção da família real para o Brasil, deixando os portugueses à mercê de um poder estrangeiro «Portugal, in short, had been stripped of everything great and gay, and became, as it were, a deserted country» (*Star*, 11 de setembro). De facto, em quase todos os títulos analisados, encontramos uma repetida tendência para incorporar a situação portuguesa numa análise de lutas liberais e constitucionais mais alargadas a um plano internacional. Nesta medida, a Revolução portuguesa é frequentemente incluída nos movimentos liberais e constitucionalistas europeus, particularmente os que ocorreram, quase simultaneamente, no reino de Nápoles e Espanha. Portugal aparece, não poucas vezes, ora como motivador dos movimentos insurrecionistas destes países,

<sup>5</sup> Sobre a dimensão política e administrativa desta nova conceção do Portugal como Estado transatlântico, veja-se Araújo (2005, 235-270) e Canas (2008, 75-93).

ora como produto da influência do quadro de luta político-ideológica napolitana e espanhola.

Se as notícias sobre a Revolução portuguesa de 1820 tiveram particular atenção na imprensa liberal inglesa entre setembro e dezembro do mesmo ano, o eixo jornalístico, entre janeiro e abril de 1821, muda a direção, acompanhando com particular interesse a relação entre Portugal e o Brasil, designadamente a questão do regresso da corte e dos movimentos revolucionários pré-independentistas registados na colónia portuguesa e que, de resto, constituíam um resultado natural do espírito revolucionário liberal que ocorria na Europa, agora estendido aos territórios das potências europeias na América latina.

## Conclusão

Ao longo deste trabalho, tentámos perceber o alcance que a Revolução portuguesa de 1820 obteve junto da interventiva imprensa e opinião públicas inglesas. Não parece inverosímil que a situação portuguesa tenha certamente despertado o interesse dos ingleses, pelo menos, nos tempos iniciais. Os motivos para este interesse prendem-se essencialmente com uma duradoura relação de interdependência luso-britânica, acionada não apenas no plano meramente estratégico e diplomático, mas ao qual se juntava um particular proveito económico.

Tornou-se também claro que, para além dos interesses próprios das relações entre a Inglaterra e Portugal, a imprensa liberal inglesa soube vingar que a ideia da expansão do liberalismo constituía uma força renovadora da componente política e ideológica para uma nova Europa, debaixo dos novos requisitos de uma cidadania política tão reclamada também em Inglaterra. Nesse sentido, compreende-se a atenção dispensada pelos títulos liberais e radicais ao assunto.

Na abordagem inglesa prevaleceu sempre a ideia da legitimidade da população portuguesa na luta pelos novos valores de igualdade e liberdade que, à semelhança da situação inglesa, passavam obrigatoriamente por uma visão reformista do sistema político e social cuja arquitetura principal passaria por esse novo instrumento legal – constituições – que movimentavam todas as forças liberais, como o *The Statesman* afirmava em 12 de setembro que nenhum conservadorismo

poderia travar o «ethereal fire of constitutional reform. It is beginning to illuminate the earth. May it civilize and give happiness to all mankind, and may its enemies take warning, ere they perish in its flames». Portugal de 1820 foi mais um dos momentos que prometeu essa luta.

## Fontes

- Globe*. 11, 12 e 15 de setembro de 1820. Consultado em 10-05-2021 em <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk>
- Morning Chronicle*. 11 e 13 de setembro de 1820. Consultado em 10-05-2021 em <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk>
- Political Register*. 4 de novembro de 1820. Consultado em 12-05-2021 em <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk>
- Star*. 11, 14 e 15 de setembro de 1820. Consultado em 17-04-2021 em <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk>
- The Examiner*. 17 de setembro de 1820. Consultado em 12-05-2021 em <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk>
- The Monthly Repository*. Setembro de 1820. Edição 1. Consultado em 17-05-2021 em <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk>
- The Statesman*. 12 e 13 de setembro de 1820. Consultado em 17-04-2021 em <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk>

## Referências bibliográficas

- Araújo, Ana C. 2005. «Um império, um reino e uma monarquia na América: as vésperas da independência do Brasil». In *Independência: História e Historiografia*, org. István Jancsó. São Paulo: Hucitec, Fapesp.
- Bantman, Constance e Ana Cláudia Surianida Silva, eds. 2018. «Introduction. The Foreign Political Press in nineteenth-century. London: Local and Transnational Contexts». In *The Foreign Political Press in Nineteenth-Century London: Politics Form a Distance*. Londres e Nova Iorque: Bloomsbury Academic.
- Barker, Hannah. 2014. *Newspapers, Politics and English Society. 1695-1855*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Black, Jeremy. 2003. *A History of the British Isles*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Brake, Laurel e Marysa Demoor, eds. 2009. *Dictionary of Nineteenth-Century Journalism in Great Britain and Ireland*. Gent e Londres: Academia Press/the British Library.
- Canas, Ana. 2008. «Governar Portugal na Guerra Peninsular: um desafio atlântico». *Ler História*, 54: 75-93.
- Cardoso, José Luís. 2018. «A Conspiração de Gomes Freire: enquadramento político e económico». In *Gomes Freire e as vésperas da Revolução de 1820*, eds. Miriam

- Halpern Pereira e Ana Cristina Araújo. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 89-104.
- Cardoso, José Luís. 2019. *A Revolução Liberal de 1820*. Lisboa: CTT.
- Costa, Fernando D. 2008. «Franceses e Jacobinos. Movimentações populares e medidas de polícia em 1808 e 1809». *Ler História*, 54: 95-132.
- Gardner, Victoria E. M. 2014. «Eighteenth century newspapers and public opinion». In *The Routledge Companion to British Media History*, eds Martin Conboy e John Steel. Londres e Nova Iorque: Routledge, 195-205.
- Gilmartin, Kevin. 1996. *Print Politics: The Press and Radical Opposition in Early Nineteenth-Century England*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hilton, Boyd. 2006. *A Mad, Bad, & Dangerous People? England 1783-1846*. Oxford: Oxford University Press.
- Hunt, Frederick Knight. 1850. *The Fourth Estate: Contributions Towards a History of Newspapers and the Liberty of the Press*. Londres: Henry Vizetelly. Vol. 2.
- Macedo, Jorge Borges de. S. d. *História Diplomática Portuguesa, Constantes e Linhas de Força*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Morgan, Kenneth O. 2010. *The Oxford History of Britain*. Oxford: Oxford University Press.
- Pedreira, Jorge e Fernando D. Costa. 2006. *D. João VI: O Clemente*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Shattock, Joanne, ed. 2017. *Journalism and the Periodical Press in Nineteenth-Century Britain*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tengarrinha, José. 2006. *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Minerva.
- Thompson, E. P. 1991. *The Making of the English Working Class*. London: Penguin.
- Vernon, James. 2017. *Modern Britain: 1750 to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Williams, Kevin. 2010. *Read All About It! A History of the British Newspaper*. Taylor & Francis eLibrary.